



# RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2018

ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL

abril 2019

  
Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel



Índice

Relatório de Gestão Consolidado .....	1
Balanço Consolidado .....	4
Demonstração Consolidada dos Resultados .....	5
Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado .....	6
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas .....	7
Certificação Legal das Contas Consolidadas .....	8



## RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O presente relatório dá cumprimento ao disposto no art.º 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes da Portaria nº 474/2010, de 1 de julho a qual aprovou Orientação nº 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo", e tendo por base as Instruções do SATAPOCAL.

Apresenta-se as Contas Consolidadas da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel com o objetivo de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo público.

As contas individuais da entidade controlada (MUSAMI), apresentadas em SNC, foram convertidas, para efeitos de consolidação, de acordo com o POCAL, à exceção da Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado, em que foi utilizado o modelo sugerido pelo SATAPOCAL e que apresenta uma configuração semelhante à prevista no SNC.

O método de consolidação utilizado foi o método de consolidação integral.

### Perímetro de Consolidação

O grupo público é composto pela Associação de Municípios (AMISM - entidade consolidante / entidade-mãe) e pela Empresa Intermunicipal (MUSAMI – entidade controlada).

### Análise às Contas Consolidadas

O Balanço consolidado evidencia um total de Ativo de 15.705.588 euros. O total dos Fundos Próprios é de 9.719.950,70 euros, incluindo um Resultado Líquido Consolidado de 445.562 € euros e um Passivo de 5.985.638 euros.

Os Resultados Consolidados apurados em 2018 são:

Resultados Operacionais Consolidados: 354.705 euros;

Resultados Financeiros Consolidados: -10.439 euros;

Resultados Correntes Consolidados: 344.266 euros;

Resultado Líquido Consolidado: 445.562 euros.

O caixa e seus equivalentes consolidados em 31/12/2018 são de 1.136.330 €



Nos termos da Portaria 474/2010, de 1 de julho, apresentamos em anexo, para apreciação da Assembleia Intermunicipal, as contas consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2018 que são constituídas pelos seguintes elementos:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Ribeira Grande, 3 de abril de 2019

O Presidente do Conselho de Administração

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

1º Vogal

Alexandre Branco Gaudêncio

2º Vogal

Nélia Guimarães



Balanço Consolidado

A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature, a smaller signature, and a signature that appears to be 'M A'.

## BALANÇO CONSOLIDADO DA AMISM EM 31/12/2018

ANO 2018

(em €)

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
45	Bens de domínio público	17.039,12	0,00	17.039,12	17.039,12
		17.039,12	0,00	17.039,12	17.039,12
43	Imobilizações incorpóreas	1.136.456,73	1.062.073,05	74.383,68	187.021,90
		1.136.456,73	1.062.073,05	74.383,68	187.021,90
42	Imobilizações Corpóreas	17.277.740,49	4.127.362,03	13.150.378,46	11.798.150,82
		17.277.740,49	4.127.362,03	13.150.378,46	11.798.150,82
41	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	5.849,44	0,00	5.849,44	3.204,94
		5.849,44	0,00	5.849,44	3.204,94
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	740.524,60	39.519,23	701.005,37	582.737,09
24	Estado e outros entes públicos	61.464,56		61.464,56	76.780,07
268	Outros devedores	126.251,17		126.251,17	473.285,27
		928.240,33	39.519,23	888.721,10	1.132.802,43
	Titulos negociáveis				
151	Ações	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.136.329,80		1.136.329,80	1.230.880,81
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		1.136.329,80		1.136.329,80	1.230.880,81
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	412.474,48		412.474,48	315.657,04
272	Custos diferidos	20.411,61		20.411,61	24.368,98
		432.886,09		432.886,09	340.026,02
	Total das Amortizações		5.189.435,08		
	Total das Provisões		39.519,23		
	Total do Activo	20.934.542,00	5.228.954,31	15.705.587,69	14.709.126,04

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	(em €)	
		Exercício	
		2018	2017
	Fundos próprios		
51	Património	3.280.333,17	3.280.333,17
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
57	Reservas	4.499.682,12	4.430.401,30
59	Resultados transitados	1.494.372,40	1.752.225,08
88	Resultado líquido do exercício	445.562,01	328.437,12
		9.719.949,70	9.791.396,67
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	2.236.284,49	1.832.000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	1.388.023,33	176.046,65
		1.388.023,33	176.046,65
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	296.189,37	666.564,43
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	40.125,42	2.602,69
24	Estado e outros entes públicos	30.873,54	20.764,33
268	Outros credores	215.448,15	483.947,89
		582.636,48	1.173.879,34
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	253.545,61	175.249,59
274	Proveitos diferidos	1.525.148,08	1.560.553,79
		1.778.693,69	1.735.803,38
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	15.705.587,69	14.709.126,04



Demonstração Consolidada dos Resultados

Four handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be of different individuals. The first signature is a vertical line with a hook. The second is a large, sweeping cursive signature. The third and fourth are shorter, more compact signatures.



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DA AMISM A 31/12/2018

(em €)

Código das Contas POCAL		Exercício			
		2018		2017	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos	2.479.291,90		2.462.580,63	
64	Custos com o Pessoal	1.042.471,16	3.521.763,06	707.576,21	3.170.156,84
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do Exercício	763.388,44		791.609,58	
67	Provisões do Exercício	407.060,49	1.170.448,93	436.020,18	1.227.629,76
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	99.977,31	99.977,31	89.694,68	89.694,68
68	Custos e Perdas Financeiros		4.792.189,30		4.487.481,28
			10.439,05		4.076,74
69	Custos e Perdas Extraordinários		4.802.628,35		4.491.558,02
			5.780,14		35.528,20
86	Imposto sobre o Rendimento		4.808.408,49		4.527.086,22
88	Resultado Líquido do Exercício		158.007,91		183.680,85
			445.562,01		328.437,12
			5.411.978,41		5.039.204,19
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
71	Vendas e Prestações de Serviços	5.146.894,44	5.146.894,44	4.958.208,77	4.958.208,77
72	Impostos e Taxas	0,00		0,00	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a Própria Entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos Suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	0,00		5.799,34	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00	0,00	5.799,34
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		5.146.894,44		4.964.008,11
			0,00		388,15
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		5.146.894,44		4.964.396,26
			265.083,97		74.807,93
			5.411.978,41		5.039.204,19

## Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A); .....	354.705,14	476.526,83
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A); .....	-10.439,05	-3.688,59
Resultados Correntes: (D) - (C); .....	344.266,09	472.838,24
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E); .....	445.562,01	328.437,12



Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a stylized signature on the right.

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL

RUBRICAS	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	5.023.493	5.258.863
Pagamentos a fornecedores	-2.852.792	-2.393.164
Pagamentos ao pessoal	-1.042.471	-707.576
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>1.128.231</b>	<b>2.158.123</b>
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	-133.456	-347.779
Outros recebimentos operacionais (a) - inclui total receitas de OT	155.947	8.259
Outros pagamentos operacionais (b) - inclui total pagamentos OT	-714	-4.629
Outros recebimentos / pagamentos operacionais (a-b)	715.788	1.947.182
	0	0
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>1.865.797</b>	<b>3.761.156</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-3.211.103	-3.654.727
Ativos intangíveis	-500	-50.000
Investimentos financeiros	-2.645	-1.573
Outros ativos	0	0
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	28.540	25.000
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	5.000	5.000
Subsídios ao investimento	17.525	0
Juros e rendimentos similares	1.322	1.804
Dividendos	0	0
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-3.161.861</b>	<b>-3.674.496</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	1.300.000	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-88.023	-88.023
Juros e gastos similares	-10.464	-4.119
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>1.201.513</b>	<b>-92.143</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-94.551	-5.483
Efeito das taxas de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (Saldo inicial - Orç + OT)	1.230.881	1.251.373
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Saldo final - Orç + OT)	<b>1.136.330</b>	<b>1.230.881</b>

**Notas:**

Este mapa é apresentado em modelo previsto em SNC, tendo por isso sido derogados princípios do POCAL aplicáveis a parte das entidades que constituem o grupo público.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature, a vertical line, and several smaller initials or marks.

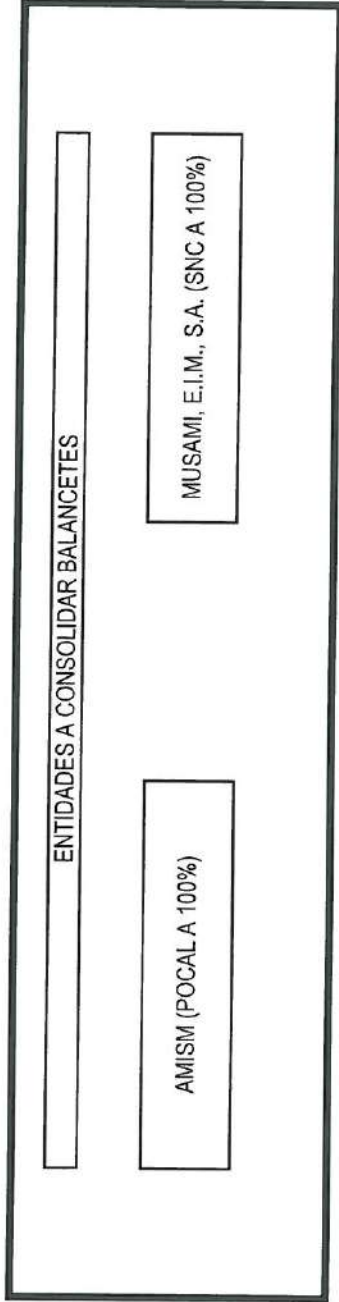
AMISM – Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2018

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a stylized signature on the right.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA AMISM - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL



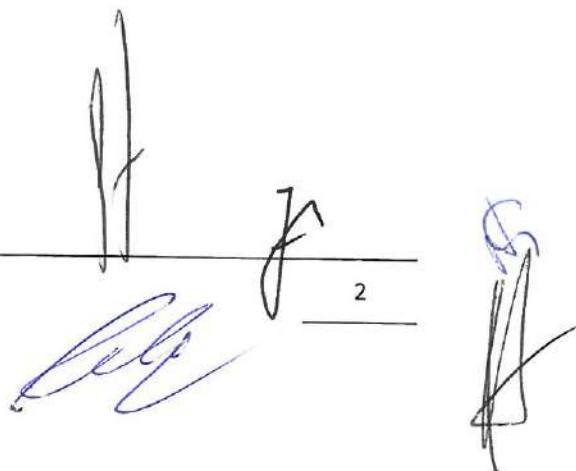
## Introdução

A AMISM apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2018, com base no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro e Portaria 474/2010.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

---



2

## Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
AMISM	Rua Engenheiro Abrantes de Oliveira, 15 B, 9600-228 Ribeira Grande		---	a)
MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente – EIM, S.A.	Rua Engenheiro Abrantes de Oliveira, 15 B, 9600-228 Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação urbana e ambiental. Acessoriamente poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Entidade mãe;
- b) Entidade detida a 100% pela Associação de Municípios.

## Nota 2 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as exceções indicadas na Nota seguinte.

## Nota 3 – Derrogação às normas de consolidação

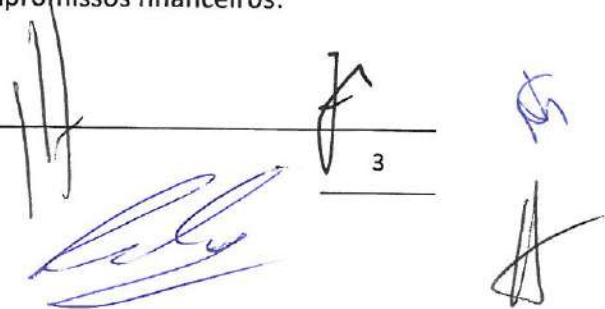
O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

## Nota 4 – Contabilização das participações

As participações financeiras estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que a quantia recuperável é inferior ao valor contabilístico realizam-se os respetivos ajustamentos no sentido de expressar contabilisticamente essa perda de valor.

## Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

A AMISM no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros.





### Bens de Domínio Público

---

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

### Imobilizações incorpóreas

---

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

### Imobilizações corpóreas

---

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2018 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso da MUSAMI-EIM,S.A. as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pela empresa intermunicipal com as utilizadas pela AMISM.

### Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

### Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

---

    
5

## Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
<b>Bens de domínio público</b>				
Terrenos e recursos naturais	17.039			17.039
Edifícios	0			0
Outras construções e Infra-estruturas	0			0
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	17.039	0	0	17.039
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Goodwill	50.000			50.000
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.042.182	500		1.042.682
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras imobilizações incorpóreas	24.900			24.900
Imobilizações em curso	0	18.875		18.875
	1.117.082	19.375	0	1.136.457
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	3.125.385			3.125.385
Edifícios e outras construções	8.222.261	2.948.054		11.170.315
Equipamento básico	1.858.670	143.152	-269	2.001.553
Equipamento de transporte	403.844	92.099	-39.751	456.193
Ferramentas e utensílios	48			48
Equipamento administrativo	275.447	22.099		297.546
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	15.231	5.968		21.199
Imobilizações em curso	1.433.075	2.140.248	-3.367.821	205.502
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	15.333.962	5.351.621	-3.407.842	17.277.740
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Partes de capital	0			0
Obrigações e títulos de participação	0			0
Investimentos em imóveis	0			0
Outras aplicações financeiras	3.205	2.645		5.849
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	3.205	2.645	0	5.849
<b>Total</b>	<b>16.471.287</b>	<b>5.373.640</b>	<b>-3.407.842</b>	<b>18.437.086</b>

## Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>Bens de domínio público</b>				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	0			0
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
	0	0	0	0
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Goodwill	4.583	5.000		9.583
Despesas de investigação e desenvolvimento	900.576	126.943	309	1.027.210
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras	24.900	380		25.280
	930.060	132.322	309	1.062.073
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	1.605.641	413.078	-309	2.019.028
Equipamento básico	1.405.153	122.818	73	1.527.898
Equipamento de transporte	276.711	77.947	39.751	314.906
Ferramentas e utensílios	48			48
Equipamento administrativo	233.721	16.609		250.330
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	14.538	614		15.152
	3.535.811	631.066	39.515	4.127.362
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	0			0
	0			0
	4.465.871	763.388	39.824	5.189.435

## Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Ativo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	36.875	2.776	132	39.519
<b>Total</b>	<b>36.875</b>	<b>2.776</b>	<b>132</b>	<b>39.519</b>

## Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUSAMI	Central de Triagem Automatizada	NOVO BANCO	1.300.000	12-01-2023	1.300.000

## Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 5.152.053 euros realizaram-se no mercado interno.

### Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

A MUSAMI encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente. A AMISM está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais não antevejam situações que possam originar correções significativas.

### Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

Não foram atribuídas remunerações certas e permanentes aos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos sociais da AMISM.

### Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2018	2017
681 Juros suportados		6.150	
682 Remunerações a títulos de participação			
683 Amortizações de investimento em imóveis			
684 Ajustamentos de aplicações financeiras			
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			
686 Descontos de pronto pagamento concedidos			
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			
688 Outros custos e perdas financeiros		4.289	4.077
Resultados financeiros		-10.439	-3.689
		<u>0</u>	<u>388</u>
	Proveitos e ganhos	2018	2017
781 Juros obtidos			388
782 Ganhos em entidades participadas			
783 Rendimentos de imóveis			
784 Ganhos de participações de capital			
785 Diferenças de câmbio favoráveis			
786 Descontos de pronto pagamento obtidos			1
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788 Outros proveitos e ganhos financeiros			
		<u>0</u>	<u>388</u>

## Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2018	2017
691	Transferências de capital concedidas		
692	Dívidas incobráveis		20.736
693	Perdas em existências		
694	Perdas em imobilizações	197	
695	Multas e penalidades	1.147	0
696	Aumentos de amortizações		
697	Correções relativas a exercícios anteriores	72	0
698	Outros custos e perdas extraordinárias	4.365	14.792
	Resultados extraordinários	259.304	39.280
		<b>265.084</b>	<b>74.808</b>

	Proveitos e ganhos	2018	2017
791	Restituição de impostos	0	0
792	Recuperação de dívidas	0	0
793	Ganhos em existências	0	0
794	Ganhos em imobilizações	4.055	0
795	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
796	Reduções de provisões	132	28.523
797	Correções relativas a exercícios anteriores	95	4.184
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	260.803	42.100
		<b>265.084</b>	<b>74.808</b>

## Nota 15 – Provisões para Riscos e Encargos

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Outras Provisões	1.832.000	404.284	0	2.236.284
<b>TOTAL</b>	<b>1.400.000</b>	<b>404.284</b>	<b>0</b>	<b>2.236.284</b>

A provisão foi constituída em 2013 face ao custo estimado com a selagem da 2ª célula do Aterro Sanitário da Ilha de S. Miguel.

Foi constituída em 2018 uma provisão para processos judiciais em curso na AMISM, relacionada com processos com a Autoridade Tributária no âmbito do IRC.

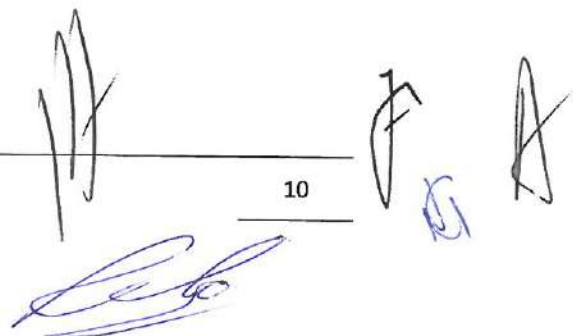
## Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
Transferências e Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais	270.000,00	30.302,40		58.414,40	241.888,00	-270.000,00	-30.302,40		-58.414,40	-241.888,00
Particip. Do capital em numerário	0,00				0,00	0,00				0,00
Particip. Do capital em espécie	0,00				0,00	0,00				0,00
Outros	502,00				502,00	-502,00				-502,00
<b>Total</b>	<b>270.502,00</b>	<b>30.302,40</b>	<b>0,00</b>	<b>58.414,40</b>	<b>242.390,00</b>	<b>-270.502,00</b>	<b>-30.302,40</b>	<b>0,00</b>	<b>-58.414,40</b>	<b>-242.390,00</b>

Nota 17 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		
	AMISM	MUSAMI, EIM	Total
Empréstimos de médio Longo Prazo	88.023	1.300.000	1.388.023
<b>Total</b>	<b>88.023</b>	<b>1.300.000</b>	<b>1.388.023</b>





Certificação Legal das Contas Consolidadas

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is larger and more stylized, while the second is smaller and more compact.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **AMISM - Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel (o Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 15.705.588 euros e um total de fundos próprios de 9.719.950 euros, incluindo um resultado líquido de 445.562 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **AMISM - Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel** em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

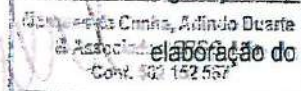
Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL e a legislação específica aplicável;

elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@marquesdacunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

# Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso, essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

# Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 3 de abril de 2019

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
N.º de Registo: 152 567

**Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda., SROC nº 52**

**representada por**

**Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC nº 859**

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt  
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS  
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA  
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso PARECER sobre os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais compreendem o Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por naturezas, Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais e Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel.
3. Com suporte no parágrafo da opinião da Certificação Legal das Contas, somos de PARECER que aprovelem os Documentos de Prestação de Contas Consolidados do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Porto, 3 de abril de 2019

Marques da Cunha, Arlindo Duarte  
& Associados, S.R.O.C., Lda.  
Cont. 501 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52  
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859